

Justiça vai mapear cidades violentas

Primeira pesquisa mostra alto índice de assassinatos na Zona Sul de São Paulo

Cristiane Jungblut

• **BRASÍLIA.** O Ministério da Justiça já tem pronto o mapa da violência da cidade de São Paulo, estudo que faz parte do Programa Nacional dos Direitos Humanos e que será estendido a Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador. O chefe de gabinete do Ministério da Justiça e coordenador do programa, José Gregori, disse ontem que o mapa mostra, por exemplo, que o bairro Jardim Ângela, na Zona Sul, tem taxa de assassinatos superior à das cidades mais violentas da Colômbia, o país com o mais alto índice de criminalidade na América Latina e um dos mais conturbados do mundo.

— O mapa da violência foi pensado para se ter uma visão mais exata do fenômeno da violência, que vinha sendo tratado de forma empírica — disse.

Rio de Janeiro: a próxima cidade a ser estudada

Gregori explicou que o próximo estudo, que terá como alvo o Rio de Janeiro, especificará em que condições ocorrem os crimes. Além disso, o mapa servirá para que as secretarias de Segurança reavaliem sua ação de policiamento e até mesmo a localização de delegacias.

— Queremos saber, por exemplo, se as mortes ocorreram por ação de grupos de extermínio, depois de bailes funk ou em outras situações — disse.

O Programa Nacional de Direitos Humanos foi lançado há três semanas mas ainda não saiu do papel. Depois de ter criticado o Senado por ter mutilado o projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP) que transferia para a Justiça comum o julgamento de crimes

cometidos por policiais militares, Gregori evitou ataques à base de sustentação do Governo. O projeto de Bicudo já voltou à Câmara para ser reexaminado, mas até agora não houve empenho para votá-lo. Bicudo se reuniu anteontem com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, para tentar encontrar uma saída jurídica que permita recuperar o texto original.

Para Gregori, aumentou aceitação ao projeto de Bicudo

Na opinião de Gregori, porém, as resistências às propostas do Governo para a área dos direitos humanos diminuíram depois do lançamento do programa.

— Tenho certeza de que, se o projeto do deputado Hélio Bicudo tivesse sido votado no Senado depois do lançamento do programa, o resultado seria diferente. Acho que nesses primeiros dias do programa pudemos notar uma diferença significativa nos direitos humanos como tema, que ganhou maior importância, apesar de os resultados práticos serem apenas tópicos — disse.

O Governo enviou duas propostas de emenda constitucional ao Congresso dia 15, mas sua discussão nem ao menos começou na Câmara. A primeira transfere para a Justiça Federal o julgamento de crimes cometidos contra os direitos humanos. A segunda prevê o serviço civil obrigatório, determinando que os isentos, excedentes ou dispensados do serviço militar sejam obrigados a cumprir o serviço civil. A maioria das mudanças depende do Congresso. A tramitação de projetos de lei e principalmente de emendas constitucionais é demorada, mas o prazo aumenta ainda mais quando o assunto é polêmico. ■